



## Verificação Unificada 2016.2

---

### – Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
  - a) Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova.
  - b) Este caderno de prova, com o enunciado das 86 (oitenta e seis) questões, sem repetição ou falha.
  - c) Os alunos matriculados nas disciplinas Estágio Supervisionado IV e VI deverão responder apenas até a questão 80. As demais serão desconsideradas, ainda que marcadas. Os alunos matriculados na disciplina Estágio Supervisionado VIII deverão responder até a questão 86.
- Ao receber a folha de respostas você deve:
  - a) conferir seu nome e número de matrícula;
  - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
  - c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa no enunciado.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
  - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha ou corretivo de qualquer espécie.
- Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do examinando.
- O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Somente após decorrida uma hora do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem levar o caderno de questões.
- Somente no decorrer dos últimos 60 (sessenta) minutos do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de questões.
- Quando terminar sua prova, você deverá, **OBIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala.
- Quem descumprir esta regra **RECEBERÁ NOTA ZERO**.

01. Sobre nacionalidade e cidadania, no Direito Romano, julgue os itens a seguir:

I. Eram cidadãos romanos os nascidos em território romano, ainda que filhos de estrangeiros.

II. Adquiria-se a cidadania romana por meio da lei, naturalização, nascimento e manumissão.

III. O estrangeiro que se naturalizasse em Roma gozava dos mesmos direitos atribuídos ao cidadão romano nato.

IV. O escravo alforriado adquiria a qualidade de cidadão.

São verdadeiros os itens:

- a) I e III
- b) II e IV**
- c) I, III e IV
- d) II e III

**Justificativa: Profa. Eliza Dias**

Adquiria-se a cidadania em Roma por meio do nascimento em território romano, mas era necessário que os pais fossem romanos. Portanto, o item I está errado.

O item II está correto, as formas de adquirir a cidadania em Roma eram essas.

O naturalizado em Roma possuía algumas restrições jurídicas, nem sempre lhe foi permitido casar legalmente com cidadãos natos.

O escravo manumitido, ou seja, aquele a que fosse concedida a cidadania adquiria a qualidade de cidadão e passava a usufruir dos direitos civis e políticos em Roma, ainda que com algumas restrições legais.

02. Acerca do pluralismo jurídico antropológico é correto afirmar que:

- a) Mantém afinidade com o monismo jurídico, uma vez que enfatiza o direito estatal como forma exclusiva e fundamental de expressão do direito.
- b) Rejeita o monismo jurídico, uma vez que considera o direito estatal como absolutamente irrelevante enquanto forma de expressão do direito.
- c) Enfatiza a análise dos diversos fenômenos jurídicos característicos das sociedades humanas, sem reduzi-los à sua dimensão estatal.**
- d) n.d.a.

**Justificativa: Prof. Tiago Themudo**

As opções a e b estão incorretas na medida e que, primeiro, o Estado não pode ser considerado como forma exclusiva e fundamental de expressão do direito; a antropologia jurídica dá conta de inúmeras e profícuas formas de organização do fenômeno jurídico nas sociedades humanas exteriores ao aparelho estatal, e em segundo lugar,

a antropologia reconhece o Estado como instituição relevante na produção e organização do campo jurídico em inúmeras sociedades. Nesta perspectiva, a opção correta seria a letra C.

03. “Se Brasília, edificada em forma de avião, aterrissou no planalto central do país, a corrupção decolou rápido, impulsionada não pela força das turbinas, mas das propinas, movidas pela energia pegajosa do suborno. Alguns passageiros vips do voo governamental não resistiriam à turbulência de uma investigação fiscal. As empreiteiras davam, os técnicos governamentais recebiam e a nação pagava a conta. As obras tinham sempre os seus valores superfaturados”.

(CAMPOS, Nélon. Ciências Humanas IV. Smile Editorial, 2015. P13)

O fragmento trata da construção de Brasília pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956/1960), e com base nele pode-se inferir que:

- a) Ser ético pressupõe que o indivíduo seja livre para decidir como agir levando sempre o outro em consideração, como um fim em si, jamais como um meio.**
- b) Percebe-se que somente os agentes públicos são corruptos, as grandes empreiteiras se empenham no desenvolvimento do país e no bem-estar social.
- c) Antes da construção de Brasília os governantes eram honestos e zelosos defensores dos interesses coletivos e dos princípios éticos.
- d) Temerários das constantes investigações fiscais, empresários e políticos evitavam realizar negócios escusos, já que eram éticos por convicção.

**Justificativa: Prof. Nelson Campos**

04. “Nesse mundo Platão situa os prisioneiros, acorrentados e imóveis desde a infância, só podendo ver o que se encontra diante deles no fundo da caverna: as sombras. Esses prisioneiros, como o próprio texto explica, somos nós, ou seja, o homem comum prisioneiro de hábitos, preconceitos, costumes, práticas, que adquiriu desde a infância e que constituem “correntes” ou condicionamentos que o fazem ver as coisas de uma determinada maneira, parcial, limitada, incompleta, distorcida como sombras”.

(IN. MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da filosofia p. 65)

O texto trata da Alegoria da Caverna, de Platão, e que representa um conjunto de metáforas sobre a consciência e alienação, realidade e ilusão. Sobre o seu significado, assinale o que é certo.

- a) Os prisioneiros que se encontram na caverna foram capturados pelos espartanos em sua política militarista e condenados a viver na escuridão da alienação.
- b) O mundo real é aquele que se vê cotidianamente, portanto é o que aparece nas paredes da caverna e não em um mundo exterior desconhecido.
- c) **A libertação da doxa, a opinião e a busca da episteme, a verdade, é um processo difícil e até mesmo doloso e sofrido, por se ter de sair da zona de conforto da alienação.**
- d) O prisioneiro que se libertou do grilhões da ilusão e conheceu o mundo verdadeiro, o inteligível, ao voltar e levar a luz da razão aos demais prisioneiros foi aclamado por ajudá-los a se libertarem.

Justificativa: Prof. Nelson Campos

05. Tendo em vista as seguintes assertivas:

I. A Teoria Geral do Estado é uma disciplina de síntese, que sistematiza conhecimentos jurídicos, filosóficos, sociológicos, políticos, históricos, antropológicos, econômicos, psicológicos, valendo-se de tais conhecimentos para buscar o aperfeiçoamento do Estado, concebendo-o, ao mesmo tempo, como um fato social e uma ordem, que procura atingir os seus fins com eficácia e com justiça.

II. Darcy Azambuja e Paulo Bonavides foram dos primeiros brasileiros a estudar e publicar obras de Ciência Política.

III. Georg Jellinek, em 1900, publica a obra intitulada de "Teoria Geral do Estado", sendo considerado criador da Teoria Geral do Estado-T.G.E. como disciplina autônoma.

IV. Apesar de Ciência Política e Teoria Geral do Estado serem disciplinas distintas e fundamentais, por ato normativo federal de 1994, nos cursos jurídicos no Brasil, tornou-se obrigatório ensinar Ciência Política com Teoria do Estado.

Marque a opção correta:

- a) somente as de número I e II estão corretas.
- b) estão corretas apenas as de número I e IV.
- c) estão corretas as de número I, III e IV.
- d) **todas estão corretas.**

Justificativa: Prof. Luiz Dias

06. Tendo em vista as seguintes assertivas:

I. A obra, "O Príncipe", de 1513, de Nicolau Maquiavel, é considerada um marco, como a primeira obra de Ciência Política.

II. As ideias de N. Maquiavel valorizavam a qualidade romana da "virtude" corporificada num líder militar motivado pela ambição e pela busca da glória, propriedades quase opostas à virtude cristã da modéstia.

III. Acreditava N. Maquiavel que também existia um comportamento de sorte em jogo, ao qual chamou "fortuna".

IV. Entende-se que N. Maquiavel, conjugando fatos de épocas diversas, chega a generalizações universais, criando, assim, a possibilidade de uma ciência política.

V. Ao tratar a política como um tema de estudo prático e não uma questão filosófica ou ética, N. Maquiavel substituiu a moralidade pela utilidade do próprio Estado e mudou a ênfase da intenção moral da ação política para focar suas consequências.

Marque a opção correta:

- a) somente as de número I, II e IV estão corretas.
- b) estão corretas apenas as de número I, II e V.
- c) estão corretas as de número II, IV e V.
- d) **todas estão corretas.**

Justificativa: Prof. Luiz Dias

07. De acordo com a doutrina de Miguel Reale, aponte a alternativa errada:

- a) No Sistema "common law" adota-se um direito misto, costumeiro e jurisprudencial.
- b) No sistema "civil law", a tradição romanística privilegia como fonte do direito o processo legislativo.
- c) **A fonte negocial predomina no sistema "common law".**
- d) O sistema "civil law" traz como escopo a obtenção da certeza legal.

Justificativa: Prof. Pedro Jairo

Para Reale, no sistema "common law" predomina a fonte jurisprudencial, a partir de decisões reiteradas que dão origem às súmulas dos tribunais. A fonte negocial também está presente, mas não chega a predominar em nenhum dos sistemas jurídicos citados.

08. Acerca das ideias de Parmênides e Heráclito, quanto ao jogo dos opostos que inspiraram o surgimento da vertente Dialética, é incorreto afirmar:

- a) **Parmênides afirmava um ser já completo, nada mais a ele se poderia acrescentar e nem retirar; porém sujeito a mudanças, sujeito ao movimento;**

- b) Heráclito concebia o universo e todos os seus fenômenos como uma unidade, porém, essa unidade só existe enquanto processo, a unidade vista não como algo que permanece na imutabilidade, só permanece enquanto movimento de transformações contínuas.
- c) A realidade não é apenas Ser, ela não é, por igual, apenas Não-Ser. A realidade realmente real é uma tensão que liga e concilia Ser e Não-Ser. Aparece aqui, pela primeira vez na história da Filosofia, a Dialética.
- d) O erro de Parmênides é não ter levado igualmente a sério o momento da diversidade e do movimento. Ele não conseguiu pensar o Não-Ser como algo que de certo modo é. Parmênides tem o Todo e o Uno, falta-lhe o movimento que em tudo flui. Falta-lhe Heráclito.

**Justificativa: Profa. Elizabete Romão**

Para Parmênides “Tudo é repouso”, portanto, admitir o movimento não estava contemplado em suas ideias, conforme ANDERY, Maria Amália...et. al. Para Compreender a Ciência. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1994 e CIRNE-LIMA, Carlos. Dialética para Principiantes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

09. Segundo a maioria dos teóricos da interpretação constitucional no Brasil, o princípio da proporcionalidade – também chamado de “regra da proporcionalidade” e “postulado da proporcionalidade” – impõe três testes para verificação da constitucionalidade de uma restrição a um princípio que protege um direito fundamental: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Sobre o princípio da proporcionalidade e seus subprincípios, assinale a assertiva incorreta:

- a) o teste da adequação consiste em verificar se a medida restritiva a certo direito fundamental tem aptidão para promover o fim pretendido.
- b) o teste da necessidade consiste em verificar se a restrição a certo direito fundamental, em um caso concreto, traz mais benefícios que prejuízos à coletividade.**
- c) o "princípio da proporcionalidade" não pode, ele mesmo, entrar em colisão com princípios constitucionais e, assim, ser objeto de um sopesamento; trata-se de uma metanorma que orienta a aplicação de normas.
- d) o teste da necessidade consiste em verificar se não há outra intervenção menos ofensiva ao direito fundamental em análise e que promova na mesma medida o fim pretendido.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

O teste da adequação é apenas um teste de meios e fins: verificar se o meio escolhido é apto a fomentar a realização do fim pretendido. O teste da necessidade consiste em verificar se não há outro meio igualmente eficaz, ou seja, que fomenta igualmente a realização do fim pretendido, mas que atinge menos direitos fundamentais, que produza menos restrição a direitos fundamentais. Em outras palavras: se não há outro meio igualmente eficaz mas mais suave. O teste da proporcionalidade em sentido estrito consiste no sopesamento entre os direitos fundamentais envolvidos, de modo que o saldo mais positivo seja alcançado, e ainda que um direito fundamental sofra restrição, para que outro direito fundamental possa ser protegido que nenhum deles saia atingido em seu conteúdo essencial.

Além disso, o chamado "princípio da proporcionalidade" não é, ele próprio um princípio a ser sopesado em face de outros princípios. Trata-se de uma metanorma que orienta a interpretação e a aplicação de normas jurídicas relacionadas a direitos fundamentais.

10. “A lei é sempre deficiente, não porque é em si mesma, mas porque antes da ordenação às leis referidas, a realidade humana é sempre deficiente e não permite uma aplicação simples das mesmas.”

(GADAMER, Hans Georg. Verdade e Método. Petrópolis: Vozes, 2006.)

Marque a assertiva INCORRETA com base na hermenêutica jurídica de Gadamer:

- a) A compreensão do Direito só será possível por meio da aplicação da norma a uma situação jurídica concreta.
- b) A hermenêutica traz um sentido inesgotável e a compreensão está sempre sujeita a à ampliação e ao aprofundamento.
- c) Cada nova situação irá requerer uma nova aplicação da norma, pois a sua generalidade e sua historicidade impedem uma aplicação imediata.
- d) A real finalidade da hermenêutica jurídica é encontrar o sentido Direito na aplicação produtiva da norma, apesar de a compreensão ser um simples ato reprodutivo do sentido original do texto e nunca um ato produtivo.**

**Justificativa: Profa. Eulália Camurça**

Para Gadamer, no Direito, o vínculo que existe entre a pessoa obrigada e a norma afeta a todos por igual e não faz da lei uma propriedade pessoal do legislador. Assim, a real finalidade da

hermenêutica jurídica é encontrar o sentido do Direito na aplicação “produtiva” da norma. Gadamer entende a compreensão não como um simples ato reprodutivo do sentido original do texto, mas também, um ato produtivo.

11. O método sociológico conduz à investigação dos motivos e dos efeitos sociais da lei. Marque a opção que não contém um objetivo do método sociológico.

- a) **o objetivo socializante considera o grau de inserção e de reprodução da lei na sociedade para afastar as normas que perderam sua efetividade.**
- b) o objetivo eficaz confere aplicabilidade à norma em relação aos fatos sociais por ela previstos, dando-lhe eficácia.
- c) o objetivo atualizador, permite que a norma abranja situações que não puderam ser previstas pelo legislador.
- d) o objetivo transformador refere-se às reformas sociais, à satisfação dos anseios de justiça, ao atendimento das exigências do bem comum.

**Justificativa: Prof. Álison Melo**

De acordo com Magalhães Filho (Hermenêutica Jurídica Clássica. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002, p. 42-43), são objetivos do método sociológico: eficaz, atualizador e transformador.

12. Sobre o conceito, a classificação e a função da Constituição, assinale a opção INCORRETA com base no pensamento de Marcelo Neves em A Constitucionalização Simbólica.

- a) **de acordo com a classificação das constituições elaborada por Karl Loewenstein, a Constituição-álibi configura-se como uma constituição semântica, já que ela é mero reflexo das estruturas de poder já estabelecidas pelo sistema político, provocando a ineficácia da Constituição.**
- b) a Constituição configura-se como um mecanismo de acoplamento estrutural entre o sistema político e o sistema jurídico, reforçando o fechamento operacional e limitando a abertura cognitiva do Direito de modo a evitar a corrupção sistêmica.
- c) com base na teoria dos sistemas, a Constituição funciona no sistema jurídico no nível da reflexão, quando o sistema estabelece através do seu próprio código operacional os processos autopoieticos de criação de suas unidades internas, reforçando a autorreferenciabilidade, e não no nível da reflexividade, quando o sistema trabalha com as próprias bases e limites de sua existência.

- d) a Constituição-álibi, aplicável aos países de modernidade periférica, é a única espécie de constitucionalização simbólica existente, caracterizada pela presença de excessivos compromissos dilatatórios, para fins de exclusiva satisfação política em face de demandas sociais complexas sem a pretensão de mudança nas bases da estrutura social.

**Justificativa: Prof. Álison Melo**

Conforme a classificação de Karl Loewenstein, a Constituição-álibi assemelha-se à Constituição nominal, porque reflete uma Constituição compromissória sem qualquer pretensão de eficácia. A constituição semântica é totalmente eficaz porque reflete exatamente o sistema de poder vigente.

13. Os fundamentos da República Federativa do Brasil estão previstos no art. 1º da Constituição. São verdadeiras as seguintes afirmações sobre eles, EXCETO:

- a) a dignidade da pessoa humana, princípio pelo qual, segundo Kant, o ser humano é um fim em si mesmo, configura-se a razão de ser do ordenamento jurídico, autoriza o reconhecimento ao livre desenvolvimento da personalidade e é fundamento de legitimidade na aplicação dos direitos fundamentais.
- b) o princípio republicano, além de aludir à forma de Estado diversa da monarquia, confere fundamento de validade ao princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, configurando-se limitação ao exercício das liberdades, conforme previsão no art. 5º, inc. II, da Constituição.
- c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, colocados lado a lado sob a forma de fundamento, mais do que pôr em pé de igualdade axiológica o trabalho em relação ao capital, caracterizado na livre iniciativa, impõem aos principais fatores de produção econômica o compromisso do cumprimento da função social, de modo a que a ordem econômica seja estabelecida em prol da realização efetiva da ordem social na Constituição.
- d) **a soberania é qualidade do poder, cuja titularidade e exercício são atribuídos diretamente ao povo, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Constituição, e que reforça a posição do Brasil tanto no âmbito interno, para conferir-lhe o monopólio do exercício da força física, como no cenário internacional, inclusive para a garantia da ordem econômica frente ao**

**mercado internacional, nos termos do art. 170, inc. I, da Constituição.**

**Justificativa: Prof. Álison Melo**

A soberania popular é exercida indiretamente pelo povo, por meio de seus representantes eleitos, na dicção do parágrafo único do art. 1º da Constituição. Apenas de modo excepcional se verifica uma participação direta, através dos mecanismos de democracia semidireta (plebiscito, referendo e iniciativa popular).

14. No que respeita aos mecanismos de controle de constitucionalidade previstos na Constituição brasileira, marque a assertiva CORRETA:

- a) de acordo com o entendimento do STF, aplica-se a fungibilidade entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), mas não entre a ADI e a ADI por omissão.
- b) pode-se aplicar ao controle de constitucionalidade por exceção a cláusula de reserva de plenário, mas não ao controle concreto de constitucionalidade.
- c) o veto presidencial é um mecanismo utilizado para fins de controle de constitucionalidade, classificado como prévio e abstrato.**
- d) a legitimação para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade é universal, exceto para confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, incluído o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para os quais se exige a pertinência temática para a defesa de seus associados.

**Justificativa: Prof. Álison Melo**

O veto presidencial, nos termos do art. 66, § 1º, da Constituição, pode suprimir dispositivo de projeto de lei considerado inconstitucional, antes da sua conversão em lei e analisando o projeto em tese. Para o STF, existe uma natural fungibilidade entre os diversos tipos de ações. A cláusula de reserva de plenário, prevista no art. 97 da Constituição, aplica-se precipuamente nos casos de controle de constitucionalidade em casos concretos. A legitimação da Ordem dos Advogados do Brasil é universal.

15. Acerca dos bens públicos e competências relacionadas à água e saneamento básico, nos termos da Constituição de 1988, assinale a opção CORRETA:

- a) segundo o entendimento do STF, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico nas regiões metropolitanas é de competência dos Estados.

- b) são bens da União os rios que banhem mais de um Estado, dos Estados os rios que banhem mais de um Município e dos Municípios os rios compreendidos em seu território não pertencentes à União e aos Estados.
- c) as águas das chuvas são bens públicos municipais, competindo ao Município legislar sobre drenagem e manejo dessas águas.
- d) compete exclusivamente à União instituir diretrizes para o saneamento básico, de observância obrigatória pelos Estados e Municípios.**

**Justificativa: Prof. Álison Melo**

A competência da união está prevista no art. 21, inc. XX, da Constituição de 1988. A prestação dos serviços públicos de saneamento básico nas regiões metropolitanas é de competência compartilhada entre Estados e Municípios. Os rios compreendidos no território municipal pertencem aos Estados. As águas das chuvas não são caracterizadas como bens públicos.

16. Sobre a ordem social prevista na Constituição de 1988, assinale a opção INCORRETA:

- a) o Sistema Nacional de Cultura (SNC) é não exclusivo e organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, para gestão e promoção de políticas públicas culturais democráticas e permanentes.
- b) o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada, para controle e fiscalização das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.**
- c) o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma rede regionalizada e hierarquizada, com base nas diretrizes de descentralização, mas com direção única em cada esfera de governo, atendimento integral e participação da comunidade.
- d) o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) é organizado em regime de colaboração, de forma participativa, para a gestão e promoção de políticas públicas de desenvolvimento científico e inovação.

**Justificativa: Álison Melo**

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), criado pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é o único que não possui previsão constitucional.

17. Quanto ao processo legislativo constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) na vigência de intervenção federal, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias fundamentais.
- b) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa e a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa,, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.**
- c) Em consonância com o Texto Constitucional vigente, a iniciativa popular é admissível para todas as espécies normativas, desde que seja apresentado, à Câmara dos Deputados, projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados da Federação, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- d) se o Presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo, no prazo de quinze dias úteis, sendo que o veto será apreciado por ambas as Casas do Congresso Nacional, iniciando-se pela Câmara dos Deputados, em dois turnos, considerando-se rejeitado se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
Conforme art. 60, § 5º e art. 67/CF.

18. Quanto ao estado de sítio e ao estado de defesa, é correto afirmar que:

- a) O estado de sítio depende de autorização do Congresso Nacional para ser decretado por ato do Presidente da República.**
- b) as duas medidas são decretadas pelo Presidente da República e, em seguida, submetida ao Congresso Nacional para aprovação.
- c) as duas medidas dependem de prévia autorização do Congresso Nacional.
- d) O estado de defesa depende de autorização do Congresso Nacional para ser decretado por ato do Presidente da República..

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
Conforme art.137, parágrafo único, da Constituição.

19. No que toca ao regime constitucional do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O Presidente da República escolhe livremente o candidato a Ministro do STF, desde que preenchidos os requisitos constitucionais, em que o candidato deve ser, necessariamente, brasileiro nato ou naturalizado.
- b) O número atual de ministros do STF é fixado em Lei Complementar cuja edição é expressamente prevista na Constituição Federal, e pode ser alterada em procedimento legislativo infraconstitucional, caso seja confirmado o interesse público relevante.
- c) Os Ministros do STF têm vitaliciedade, mas poderão perder seus cargos pelo julgamento de crimes de responsabilidade perante o Senado Federal.**
- d) O STF, assim com todos os demais tribunais brasileiros, está sujeito à regra prevista no art. 94 da Constituição federal, ou seja, 1/5 de suas vagas devem ser necessariamente preenchidos por membros do Ministério Público e por advogados.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
Conforme art. 52, II/CF.

20. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

- a) O Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.**
- b) O Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Presidente do Senado Federal, o do Supremo Tribunal Federal e o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.
- d) O Presidente do Congresso Nacional, o do Supremo Tribunal Federal e o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
Conforme art. 80/CF.

21. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo a responsabilidade:

- a) civil, penal e administrativa autônomas, e em nenhuma hipótese, a absolvição em uma dessas áreas exclui a responsabilidade em qualquer outra.
- b) civil e administrativa afastadas, dependendo da amplitude da absolvição criminal decorrente de insuficiência de provas.

- c) civil afastada na hipótese de ocorrer a absolvição administrativa em face da inexistência do fato e de sua autoria.
- d) administrativa afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.**

**Justificativa: Prof. Giuliano Campos**

22. O Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autarquia estadual, contratou, mediante prévio procedimento licitatório, obras de duplicação de uma rodovia estadual. No curso da execução das obras, viu-se obrigado a rescindir o contrato, em face da incapacidade técnica superveniente da contratada, restando, assim, remanescente de obras a serem concluídas. De acordo com a Lei no 8.666/1993, o DER:

- a) está obrigado a efetuar novo procedimento licitatório para a contratação da execução do remanescente das obras, podendo, contudo, fazê-lo sob a modalidade convite, independentemente do valor da contratação.
- b) poderá declarar a inexigibilidade de licitação, desde que por ato fundamentado da autoridade e comprovado o interesse público envolvido, não podendo o preço contratado superar o da licitação anterior, devidamente corrigido.
- c) poderá contratar o remanescente de obra com dispensa de licitação apenas se comprovar situação de emergência ou de calamidade pública, bem como a compatibilidade do preço com os praticados no mercado.
- d) poderá dispensar o procedimento licitatório e contratar o remanescente da obra com licitante habilitado na licitação anterior, desde que atendida a ordem de classificação daquela licitação e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.**

**Justificativa: Prof. Giuliano Campos**

23. A revogação de um ato administrativo

- a) é prerrogativa da Administração, de caráter discricionário, consistente na extinção de um ato válido por razões de conveniência e oportunidade.**
- b) constitui atuação vinculada da Administração, na medida em que, em face da indisponibilidade do interesse público, a

Administração está obrigada a revogar atos maculados por vício de oportunidade.

- c) pode ser declarada tanto pela Administração como pelo Poder Judiciário, quando identificado que o ato se tornou inconveniente ou inoportuno do ponto de vista do interesse público.
- d) somente pode ser procedida por autoridade hierarquicamente superior àquela que praticou o ato, de ofício ou por provocação do interessado, vedada a sua prática pelo Poder Judiciário.

**Justificativa: Prof. Giuliano Campos**

24. A respeito dos elementos constitutivos dos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- a) podem ser sujeito ativo tanto o agente público, servidor ou não, como terceiro que induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie de forma direta ou indireta.**
- b) apenas os agentes públicos, assim considerados os servidores e os detentores de mandato eletivo, podem ser sujeito ativo do ato de improbidade.
- c) podem ser sujeito passivo do ato de improbidade, além das entidades integrantes da Administração direta e indireta de todos os Poderes, também as entidades nas quais o erário haja concorrido para a formação do patrimônio, desde que em montante superior a 50%.
- d) pressupõe, como elemento objetivo, a ocorrência de dano ao erário e, como elemento subjetivo, dolo ou culpa do sujeito ativo e enriquecimento ilícito.

**Justificativa: Prof. Giuliano Campos**

25. De acordo com a Constituição Federal, constituem princípios aplicáveis à Administração Pública os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tais princípios aplicam-se às entidades

- a) de direito público, excluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de competição no mercado.
- b) de direito público e privado, exceto o princípio da eficiência que é dirigido às entidades da Administração indireta que atuam em regime de competição no mercado.
- c) integrantes da Administração Pública direta e indireta e às entidades privadas que recebam recursos ou subvenção pública.



- d) integrantes da Administração Pública direta e indireta, independentemente da natureza pública ou privada da entidade.

Justificativa: Prof. Giuliano Campos

26. Em 1981, João passou a ocupar, sem prévia aprovação em concurso público, um cargo efetivo de auxiliar administrativo, em administração direta municipal. Em 1985, seu irmão, Tomás, passou a ocupar cargo efetivo de fiscal, em autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, também sem prévia aprovação em concurso público. Levando em conta que a lei não declara tais cargos como de livre exoneração, que ambos permanecem em exercício desde a data de suas posses, bem assim as disposições de nossa Constituição Federal sobre a matéria, é correto afirmar que, na atualidade
- João e Tomás são servidores estáveis.
  - João é servidor estável; Tomás, não.**
  - Tomás é servidor estável; João, não.
  - Por terem ingressado no serviço público sem prévia aprovação em concurso, nenhum dos dois detém estabilidade nos cargos que ocupam.

Justificativa: Prof. Giuliano Campos

27. Em vista dos preceitos constitucionais que tratam da estabilidade do servidor público, assinale a opção correta.
- Na atualidade, existem apenas duas formas de perda do cargo pelo servidor público estável: em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.
  - Com a reforma administrativa promovida por meio da Emenda Constitucional no 19/98, restou afastada a necessidade de instituição de comissão para que se dê a avaliação de desempenho do servidor, durante seu estágio probatório.
  - Se restar declarada a desnecessidade do cargo, o servidor, mesmo que ainda não seja estável, poderá ficar em disponibilidade.
  - Na sistemática da Constituição Federal, está claro que há distinção entre estabilidade e efetividade.**

Justificativa: Prof. Giuliano Campos

28. Pela regra do teto remuneratório, ficou estabelecido que, nos Estados-federados, o limite

de remuneração no âmbito do Poder Judiciário é o subsídio dos desembargadores. Esse mesmo teto, conforme a integridade da norma constitucional, abrange, ademais dos membros do Ministério Público, a(s) categoria(s) de:

- procuradores e defensores públicos.**
- procuradores e auditores fiscais.
- somente defensores públicos.
- somente procuradores.

Justificativa: Prof. Giuliano Campos

29. Tem sido comum o recolhimento de presos para cumprimento de pena em residência particular. Segundo a Lei de Execução Penal, um dos requisitos para a aplicação da norma consiste em ter o apenado:
- mais de sessenta anos.
  - doença grave.**
  - filho maior de idade.
  - ensino superior.

Justificativa: Prof. Mário Albuquerque

Aplica-se a prisão domiciliar na forma do art. 117, da Lei de Execução Penal, inclusive para maiores de 70 anos; quem tem filho menor - deficiente mental ou gestante.

30. Nos termos da Lei de Execução Penal, as Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, dentro e fora dos estabelecimentos penais, prestados pelo seguinte órgão:
- Ordem dos Advogados do Brasil.
  - Assistência Jurídica Municipal.
  - Defensoria Pública.**
  - Ministério Público Estadual.

Justificativa: Prof. Mário Albuquerque

A previsão é de ordem constitucional, que atribui a responsabilidade a Defensoria Pública e também na Lei de Execução Penal, art. 81-A.

31. Um motorista, penalmente imputável, mas dirigindo seu veículo com imprudência, atropela três pessoas na calçada de uma avenida. As três vítimas morreram em decorrência dos ferimentos causados pelo atropelamento. Nesse caso,
- houve concurso material de crimes, de modo que as penas dos três homicídios culposos devem ser somadas.
  - houve concurso formal de crimes, mas como se trata de um concurso formal impróprio, as penas dos três homicídios culposos devem ser somadas.

- c) **houve concurso formal de crimes, mas como se trata de um concurso formal próprio, as penas não devem ser somadas, mas aplicadas somente uma delas – a mais grave, se houver – aumentada de 1/6 a 1/2.**
- d) houve continuidade delitiva, uma vez que foram praticados três crimes da mesma espécie, mediante os mesmos meios executórios, em condições de tempo e lugar semelhantes, de modo que deve ser aplicada somente uma as penas – a mais grave, se houver – aumentada de 1/6 até 2/3.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

Quando um agente pratica dois ou mais crimes mediante uma única conduta, trata-se de concurso formal de crimes. O concurso formal por ser próprio ou impróprio. O concurso formal será próprio quando o agente produziu vários resultados com uma só conduta, mas sem a intenção de produzir vários resultados – como foi o caso narrado na questão. Nesse caso, as penas não devem ser somadas, mas aplicada somente uma delas, acrescida de 1/6 a 1/2. Se, no entanto, o agente praticou uma única conduta querendo produzir vários resultados, temos um concurso formal impróprio e as penas devem ser somadas.

32. João convidou Paulo para juntos praticarem um furto a uma residência. João disse que há várias semanas observa a movimentação da casa e descobriu que no final de semana seguinte todos estariam viajando. Segundo João disse a Paulo, a casa não tinha sistema de vigilância eletrônica, cerca elétrica ou vigilante, nem mesmo cão de guarda. Considerando que a execução do plano seria relativamente fácil, Paulo concordou em atuar junto com João. Na noite do sábado seguinte, João e Paulo se dirigiram até a residência citada. Sem que Paulo soubesse, João levou consigo, por baixo da camisa, uma arma de fogo muniada. Ambos pularam o muro da residência, arrombaram a porta da frente e, quando estavam guardando objetos de valor dentro de sacolas, eis que a empregada doméstica que trabalhava na casa (e que não viajou com a família proprietária da residência, informação que João e Paulo não conheciam), surpreendeu os dois agentes ao parecer na sala e começou a gritar. João, então, sacou a arma de fogo que levava consigo e deu três disparos na moça, que morreu em alguns segundos. Paulo entrou em desespero, porque jamais desejou participar de um latrocínio. Então, cada um dos agentes pegou uma sacola contendo objetos de valor e fugiram. Assinale a opção correta quanto ao enquadramento jurídico-penal da conduta de João e de Paulo nesse caso, segundo

o Código Penal brasileiro e a sua interpretação doutrinária.

- a) os dois devem responder por latrocínio, ou seja, por roubo qualificado pela morte, uma vez que Paulo também assumiu o risco de participar de um crime com esse resultado.
- b) os dois devem responder por furto, mas somente a pena de João deve ser aumentada até a metade, porque, para ele, o resultado morte era previsível.
- c) **João deve responder por latrocínio sozinho, e Paulo deve responder apenas pelo crime que quis praticar, no caso, um furto.**
- d) ficou configurado um concurso de pessoas, de modo que os dois devem responder juntos por um mesmo crime, no caso, latrocínio, porque o resultado morte era previsível para os dois agentes.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

No caso, ocorreu um desvio subjetivo nas condutas: um agente quis participar de crime menos grave do que o crime que acabou sendo praticado, enquadrando-se na hipótese do art. 29, § 2º, do Código Penal brasileiro. Em casos assim, o agente que participou queria participar de crime menos grave deve ser punido pelo crime que quis praticar, e o agente que provocou o resultado mais grave deve responder sozinho pelo resultado mais grave.

33. José está sendo condenado hoje pelo crime de furto qualificado ocorrido em janeiro de 2015. José tem em seu histórico duas “passagens pela polícia” (boletins de ocorrência e inquéritos policiais contra ele), por roubo (junho de 2008) e porte ilegal de arma de fogo (março de 2014), bem como consta como réu em outro processo por crime de furto qualificado ocorrido em março de 2009 (nesse processo, já foi condenado em primeira instância em novembro de 2011, mantida a condenação em segunda instância em junho de 2014, mas ainda hoje aguarda o julgamento de um recurso especial apresentado ao Superior Tribunal de Justiça, de modo que a condenação ainda não transitou em julgado). Nesse segundo processo por furto qualificado, José confessou o crime, tanto perante a autoridade policial quanto perante o juiz que preside a ação penal. Sobre o caso, assinale a opção correta:
- a) Segundo o Código Penal brasileiro, José é reincidente.
  - b) Segundo o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os inquéritos policiais e a ação penal em curso podem ser utilizadas na dosimetria da pena para afastar a pena-base do mínimo, tendo em vista que configuram “maus antecedentes”.

- c) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se a pena-base for aplicada no mínimo, a confissão espontânea de José, que configura circunstância atenuante, deve reduzir a pena, ainda que fique abaixo do mínimo legal.
- d) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João não deve ser considerado portador de “maus antecedentes”.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

Segundo o Código Penal brasileiro e o Superior Tribunal de Justiça, tanto a “reincidência” quanto a configuração de “maus antecedentes” exigem condenação definitiva por crime anterior. Conferir súmula n. 444 do Superior Tribunal de Justiça.

34. José coagiu Maria, mediante ameaça de morte, a subtrair clandestinamente um objeto da residência onde esta última trabalhava como empregada doméstica. Maria assim o fez, sob coação irresistível, subtraiu o tal objeto e o entregou a José. Nesse caso, segundo a teoria objetivo-formal sobre a autoria, é correto dizer que:

- a) José é autor mediato do crime de furto.  
b) José é autor imediato do crime de furto.  
c) José é partícipe do crime de furto.  
d) Maria é partícipe do crime de furto.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

Autor direto (ou imediato) é quem executa a ação penalmente típica diretamente. Autor indireto (ou mediato) é quem se utiliza de alguém isento de responsabilidade para praticar o crime por ele. Ocorre autoria mediata, por exemplo, quando alguém se utiliza de um inimputável, ou induz alguém a erro, ou ainda quando coage alguém a praticar a ação delituosa. No caso, José coagiu de modo irresistível Maria a executar a ação criminosa. José é autor mediato, e Maria é isenta de pena, pois estava sob coação irresistível.

35. José é acusado, em uma ação penal, de ter “lavado” o dinheiro proveniente de uma série de fraudes ao processo licitatório ocorridos no Município X no ano de 2010. Ocorre que na ação penal pelos crimes contra o processo licitatório todos os acusados foram absolvidos. Nesse caso, a absolvição no processo pela prática da infração penal antecedente prejudica a continuação da ação penal por crime de lavagem de dinheiro se:

- a) tiver por fundamento a prova da inexistência do fato.  
b) tiver por fundamento a ausência de prova da autoria.

- c) tiver por fundamento a insuficiência de prova sobre a autoria.  
d) tiver por fundamento a extinção da punibilidade pela prescrição.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

O crime de lavagem de dinheiro é crime acessório, depende da existência de uma infração penal (crime ou contravenção) antecedente, que pode ser, por exemplo, tráfico de drogas, corrupção passiva, fraude em licitação, crime contra o sistema financeiro. No entanto, para condenar alguém por lavagem de dinheiro não é necessário que tenha havido condenação criminal de alguém pela infração penal antecedente. Há diferentes razões para a absolvição em uma ação penal, e apenas se a absolvição se der por prova de que o fato (infração antecedente) não ocorreu, ou prova de que a conduta não configurou infração penal, ou ainda se absolvição se deu por existência de alguma excludente de antijuridicidade, aí sim ficaria prejudicada a ação penal pelo crime de lavagem de dinheiro. Mas se absolvição no processo pela infração antecedente foi por insuficiência de provas da autoria, ou ausência de prova da autoria, ou ainda pela extinção da punibilidade, aí não fica prejudicada a ação penal por lavagem de dinheiro. A própria lei que regulamenta a repressão penal à lavagem de dinheiro (Lei n. 9.613/98) dispõe que o crime de lavagem de dinheiro é punível ainda que desconhecido o autor da infração antecedente e ainda que esteja extinta a punibilidade pela infração antecedente.

36. Marcelo publicou uma postagem em seu perfil no “facebook” chamando um desafeto seu de “vagabundo” e “ladrão” – sem especificar os atos que esse desafeto teria praticado. As ofensas chegaram ao conhecimento do desafeto de Marcelo, bem como de centenas de usuários da rede social. Assinale a opção correta sobre o caso:

- a) Marcelo praticou apenas o crime de difamação.  
b) Marcelo praticou apenas o crime de injúria.  
c) Marcelo praticou apenas o crime de calúnia.  
d) Marcelo praticou os crimes de calúnia e injúria, em concurso formal.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

Caluniar alguém é imputar a alguém falsamente a prática de um fato descrito na lei como crime. O crime de calúnia apenas se configura se houve a imputação de um fato determinado. Chamar alguém de “ladrão” e “vagabundo”, mesmo que falsas as imputações, não pode configurar uma calúnia, pois não há a indicação de qualquer fato

específico. Mesma coisa com a difamação: exige a imputação de um fato específico, embora, na difamação, o fato imputado não seja um crime. No caso narrado, pode ser configurado o crime de injúria, mas não o de calúnia.

37. No tocante à prisão no curso do processo e medidas cautelares:

- a) A proibição de ausentar-se do país será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- b) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 75 (setenta e cinco) anos.
- c) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.**
- d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado praticar nova infração penal, ainda que culposa.

**Justificativa: Prof. Magno Oliveira**

A alternativa correta é aquela constante da letra "C", nos moldes do art. 322 do CPP.

Incorretas todas as demais alternativas porque: O prazo para comunicação de que trata a alternativa "A" é de 24hs; A substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar se aplica aos réus maiores de 80 (oitenta) anos, nos termos do art. 318, inciso I do CPP; A fiança será reputada quebrada nas hipóteses dos arts. 327 e 328 do CPP, as quais não incluem o cometimento de infração penal culposa.

38. Em relação à prova testemunhal, de acordo com o Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

- a) As perguntas no procedimento comum serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.
- b) As cartas rogatórias só serão expedidas se demonstrada previamente a sua imprescindibilidade, arcando a parte requerente com os custos de envio.
- c) O Vice-Presidente da República poderá optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhe serão transmitidas por ofício.
- d) Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar temor à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade**

**do depoimento, determinará desde logo a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença de seu defensor.**

**Justificativa: Prof. Magno Oliveira**

- A) CORRETA: Transcrição do art. 212 do CPP.
- B) CORRETA: Transcrição do art. 222-A do CPP.
- C) CORRETA: Transcrição do art. 221, §1º do CPP.
- D) INCORRETA: Segundo o art. 217 do CPP, se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará a inquirição por videoconferência e, somente na impossibilidade dessa forma, determinará a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor.

39. Nos crimes de ação penal de iniciativa privada:

- a) a renúncia ao exercício do direito de queixa se estenderá a todos os querelantes.**
- b) a renúncia é ato unilateral, voluntário e necessariamente expreso.
- c) a perempção pode ocorrer no curso do inquérito policial.
- d) o perdão do ofendido somente é cabível antes do exercício do direito de ação.

**Justificativa: Prof. Magno Oliveira**

- A) CORRETA: Uma vez oferecida a denúncia, a representação ofertada pelo ofendido será irretratável. Art. 25. A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- B) ERRADA: O MP irá intervir como custos legis, ou seja, fiscal da lei, conforme art. 45 e 257, II do CPP.
- C) ERRADA: A ação penal pública é regida pelo princípio da INDISPONIBILIDADE, pois seu titular, o MP, não pode dela dispor, ou seja, deixar de oferecê-la quando presentes os requisitos, bem como não poderá dela desistir, nos termos do art. 42 do CPP.
- D) ERRADA: A ação penal privada é regida pelo princípio da INDIVISIBILIDADE, pois o ofendido não pode escolher oferecer a ação penal apenas em relação a um ou alguns dos autores do fato, deixando de ajuizar contra os demais, art. 48 do CPP.

40. Em relação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República, é INCORRETO afirmar que:

- a) estão intimamente relacionados, uma vez que a ampla defesa garante o contraditório e por ele se manifesta e é garantida.
- b) foram inovações trazidas pelo texto constitucional de 1988.**

- c) o contraditório é a ciência bilateral dos atos e termos processuais e a possibilidade de contrariá-los.
- d) a ampla defesa desdobra-se em autodefesa e defesa técnica, sendo a primeira exercida pessoalmente pelo acusado e a segunda por profissional habilitado, com capacidade postulatória e conhecimentos técnicos.

**Justificativa: Prof. Magno Oliveira**

Segundo o art. 5º da CF/88, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Vicente Greco Filho sintetiza esse princípio de maneira bem prática e simples: "O contraditório se efetiva assegurando-se os seguintes elementos: a) o conhecimento da demanda por meio de ato formal de citação; b) a oportunidade, em prazo razoável, de se contrariar o pedido inicial; c) a oportunidade de produzir prova e se manifestar sobre a prova produzida pelo adversário; d) a oportunidade de estar presente a todos os atos processuais orais, fazendo consignar as observações que desejar; e) a oportunidade de recorrer da decisão desfavorável." É o princípio constitucional que versa sobre a imparcialidade que é imposta ao juiz, durante uma decisão judicial. Segundo o Prof. Humberto Theodoro Júnior este princípio deve ser desenhado com base no princípio da igualdade substancial, devendo as partes serem postas a expor suas razões. Este princípio também existe em outras legislações, principalmente a portuguesa. Já existia nas ordenações do reino do século XVII.

41. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) **depois de ordenado seu arquivamento pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.**
- b) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial pode iniciar o inquérito policial mediante notícia de crime formulada por qualquer do povo.
- c) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, quando se convencer acerca da atipicidade da conduta investigada.
- d) uma vez relatado o inquérito policial, não poderá ser devolvido à autoridade policial, a requerimento do Ministério Público.

**Justificativa: Prof. Magno Oliveira**

A alternativa correta é aquela constante na letra "A" porque surgindo novas provas é possível o desarquivamento do inquérito enquanto o delito não estiver prescrito. As outras alternativas são todas falsas porque nos crimes de ação penal privada o IP somente pode ser instaurado a partir de requerimento da vítima; a autoridade policial não pode mandar arquivar inquérito porque o juízo de valor sobre a atipicidade penal da conduta atribuída ao investigado deve ser feito pelo MP e pela autoridade judiciária; após relatado o IP, pode ele ser devolvido à autoridade que o presidiu a pedido do MP, caso entenda pela necessidade de novas diligências; a imposição de sigilo total do IP àquele que está sendo investigado violaria os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

42. No que se refere à competência no processo penal, segundo entendimento sumulado:

- a) **compete ao foro do local da emissão do cheque sem provisão de fundos processar e julgar o crime de estelionato.**
- b) compete à justiça comum estadual processar e julgar crime em que o indígena figura como autor ou vítima.
- c) compete à justiça comum estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.
- d) a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.

**Justificativa: Prof. Magno Oliveira**

Assim dispõe a Súmula 73 do STJ: "A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual." Diante disso, a alternativa "A" está CORRETA. As demais alternativas estão erradas porque:

- b) a competência do tribunal do júri prevalece sempre sobre o foro por prerrogativa de função: Conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual. (súmula 721 STF).
- c) compete ao foro do local da emissão do cheque sem provisão de fundos processar e julgar o crime de estelionato: Conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, a competência para o processo e julgamento dos crimes de

estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem fundos, é o local onde se deu a recusa do pagamento sacado, segundo a Súmula nº 521 do STF;

d) Conforme consolidado e sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, é competência da justiça estadual processar e julgar crime em que o indigina figure como autor ou vítima.

43. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Cristiano, Luiz e Leonel pela prática do crime de associação para o tráfico. Na audiência designada para realização dos interrogatórios, Cristiano, preso em outra unidade da Federação, foi interrogado através de videoconferência. Luiz foi interrogado na presença física do magistrado e respondeu às perguntas realizadas. Já Leonel optou por permanecer em silêncio. Sobre o interrogatório, considerando as informações narradas, assinale a afirmativa correta.

a) O interrogatório judicial, notadamente após o advento da Lei no 10.792/2003, deve ser interpretado apenas como meio de prova e não também como ato de defesa dos acusados.

b) Luiz, ainda que não impute crime a terceiro, não poderá mentir sobre os fatos a ele imputados, apesar de poder permanecer em silêncio.

c) A defesa técnica de Cristiano não poderá, em hipótese alguma, formular perguntas para o corréu Luiz.

**d) O interrogatório por videoconferência de Cristiano pode ser considerado válido se fundamentado, pelo magistrado, no risco concreto de fuga durante o deslocamento.**

**Justificativa: Prof. Magno Oliveira**

A) ERRADA: Segundo a Doutrina majoritária, o interrogatório é meio de prova e meio de defesa.

B) ERRADA: O réu não está obrigado a falar a verdade em seu interrogatório, como corolário do princípio do nemo tenetur se detegere.

C) ERRADA: Item errado, pois nada a impede que a defesa de um dos acusados formule perguntas ao corréu. Aliás, o entendimento jurisprudencial é no sentido de que deve ser facultado à defesa de cada réu a formulação de perguntas aos demais corréus, de forma a garantir o pleno exercício do direito de defesa.

D) CORRETA: Item correto. O interrogatório por videoconferência deve ser considerado medida de exceção, somente autorizado em hipóteses restritas, nos termos do art. 185, -§2º do CPP. Dentre estas hipóteses está a possibilidade de fuga do acusado durante o deslocamento, nos termos do art. 185, §2º, I do CPP.

44. Estando preso e cumprindo pena na cidade de Campos, interior do estado do Rio de Janeiro, Paulo efetua ligação telefônica para a casa de Maria, localizada na cidade de Niterói, no mesmo Estado, anunciando o falso sequestro do filho desta e exigindo o depósito da quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser efetuado em conta bancária na cidade do Rio de Janeiro. Maria, atemorizada, efetua a transferência do respectivo valor, no mesmo dia, de sua conta-corrente de uma agência bancária situada em São Gonçalo. Descoberto o fato e denunciado pelo crime de extorsão, assinale a opção que indica o juízo competente para o julgamento.

a) Vara Criminal de Campos.

**b) Vara Criminal de Niterói.**

c) Vara Criminal de São Gonçalo.

d) Vara Criminal do Rio de Janeiro.

**Justificativa: Prof. Magno Oliveira**

O crime de extorsão é considerado formal, ou seja, consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida. Assim, a consumação de tal delito ocorre no momento e no local em que a violência ou grave ameaça é exercida contra a vítima. Neste caso, a grave ameaça ocorreu em Niterói (local em que a vítima recebeu a ligação). Neste momento o delito do art. 158 do CP restou consumado. A competência, portanto, será da Vara Criminal de Niterói, nos termos do art. 70 do CPP.

45. Em relação às entidades sindicais, é correto afirmar que:

a) O sindicato só negocia coletivamente quando a categoria não estiver representada pela federação correspondente.

b) O sindicato só negocia coletivamente quando a categoria não estiver representada pela central sindical correspondente.

**c) A federação só negocia coletivamente quando a categoria não estiver representada pelo sindicato correspondente.**

d) A confederação só negocia coletivamente quando a categoria interessada tiver base em todo o território nacional.

**Justificativa: Prof. Pedro Jairo**

A central sindical não representa categoria, portanto, não pode pactuar diretamente em negociação coletiva. As confederações só atuam quando a categoria não é organizada em sindicato ou numa federação. A federação só atua na negociação coletiva quando a categoria interessada não é organizada em sindicato.

46. Leia trechos da música “Construção” de Chico Buarque e da poesia “O operário em construção” de Vinicius de Moraes

CONSTRUÇÃO – CHICO BUARQUE

(...)

Amou daquela vez como se fosse a última  
Beijou sua mulher como se fosse a última  
E cada filho seu como se fosse o único  
E atravessou a rua com seu passo tímido  
Subiu a construção como se fosse máquina  
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas  
Tijolo com tijolo num desenho mágico  
Seus olhos embotados de cimento e lágrima  
Sentou para descansar como se fosse sábado  
Comeu feijão com arroz como se fosse um  
príncipe...

(...)

O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO – VINICIUS DE MORAES

(...)

E um fato novo se viu  
Que a todos admirava:  
O que o operário dizia  
Outro operário escutava.

E foi assim que o operário  
Do edifício em construção  
Que sempre dizia sim  
Começou a dizer não.  
E aprendeu a notar coisas  
A que não dava atenção:

Notou que sua marmita  
Era o prato do patrão  
Que sua cerveja preta  
Era o uísque do patrão  
Que seu macacão de zarte  
Era o terno do patrão  
Que o casebre onde morava  
Era a mansão do patrão  
Que seus dois pés andarilhos  
Eram as rodas do patrão  
Que a dureza do seu dia  
Era a noite do patrão  
Que sua imensa fadiga  
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!  
E o operário fez-se forte  
Na sua resolução.

(...)

Indique a assertiva correta :

- a) Nesse fragmento da letra da música “Construção”, o verso “Subiu a construção como se fosse máquina” significa “subiu a construção de maneira insegura”.
- b) O trecho indicado da canção de Chico Buarque indica o exato momento em que o trabalhador sofreu um acidente de trabalho.
- c) Os versos “O que um operário dizia/ outro operário escutava” no poema de Vinicius representam as organizações sindicais, embora no trecho selecionado do poema não se indique referências à divisão de classes.
- d) O trecho selecionado do poema de Vinicius de Moraes descreve o processo de tomada de consciência de um operário partindo de uma situação de completa alienação.**

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

Trata-se de questão interpretativa envolvendo o mundo do trabalho. No trecho do poema de Vinicius de Moraes “E o operário disse: não” deixa evidente referência ao estado de residência do trabalho às condições de trabalho descritas no poema.

47. Conforme atual entendimento do TST e do STF sobre aderência contratual e negociação coletiva, indique a assertiva incorreta :
- a) As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho, aplicando a teoria da ultratividade.**
  - b) O sistema brasileiro não aplica a teoria de aderência irrestrita das cláusula de negociação coletiva aos contratos de trabalho
  - c) Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica. Nesse caso, a Justiça do Trabalho pode decidir o conflito respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente
  - d) Não será permitido estipular duração de convenção ou acordo coletivo superior a 2 (dois) anos. A sentença normativa tem o prazo de duração máximo de 4 (quatro) anos.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

A questão exige do aluno atualização sobre o atual posicionamento do STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

323 que suspendeu todos os processos em curso proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho que versem sobre a aplicação da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas ( S. 277 do TST)

48. A relação entre o Novo CPC e o processo do trabalho deve observar:

- a) A contagem de prazos sempre em dias úteis.
- b) A fungibilidade, entre recursos e seus prazos, entre os recursos previstos no NCPC e na CLT.
- c) A não interferência da nova regra de contagem de prazo processual civil no processo do trabalho, segundo a Instrução Normativa 39 do TST.**
- d) A uniformidade dos prazos recursas trabalhistas em 15 dias, para as espécies de recursos possíveis.

**Justificativa: Prof. Pascarelli**

Entendimento do TST, insculpido na IN 39

49. Com base no entendimento do STF sobre negociações coletivas, é correto afirmar:

- a) A ultratividade das negociações é limitada, segundo súmula 277 do TST.
- b) Acordos e Convenções não incorporam ao contrato de trabalho, sendo esse o entendimento que sempre prevaleceu.
- c) Tratando-se da vigência dos instrumentos negociais, a ultratividade não mais opera efeitos sobre as negociações, segundo entendimento mais recente.**
- d) As convenções prevalecem sobre os acordos, por serem normas mais abrangentes e de hierarquia superior.

**Justificativa: Prof. Pascarelli**

Entendimento recentemente proferido pelo STF, em sede de questionamento da Súmula 277 do TST.

50. Sobre as garantias de emprego, pode-se afirmar:

- a) A garantia do dirigente sindical é igual à do Cipeiro, inclusive no prazo total que pode atingir.
- b) Grávidas tem total garantia, na questão temporal, mesmo nos contratos por prazo determinado. É o que se pode depreender da Súmula 244 do TST.**
- c) Membro do Conselho curador do FGTS e delegado sindical são outros detentores de garantia de trabalho.
- d) A vedação à demissão de trabalhadores durante a greve não pode ser considerada como uma espécie não taxativa de garantia provisória de emprego.

**Justificativa: Prof. Pascarelli**

Entendimento sumulado pelo TST no final do ano de 2012.

51. Em relação à extinção do contrato de trabalho, é correto afirmar que:

- a) O empregado demitido sem justa causa terá dispensado o cumprimento do aviso prévio no caso de arranjar novo emprego.**
- b) O empregado demissionário terá dispensado o cumprimento do aviso prévio no caso de arranjar novo emprego.
- c) O empregado demitido após o término do prazo fixado para a duração do contrato de experiência terá dispensado o cumprimento do aviso prévio no caso de arranjar novo emprego.
- d) O empregado recém-aposentado terá dispensado o cumprimento do aviso prévio no caso de arranjar novo emprego.

**Justificativa: Prof. Pedro Jairo**

O empregado que cumpre o período do contrato por prazo determinado não terá direito ao aviso prévio. A aposentadoria não mais é causa de extinção do contrato de trabalho. O empregado que pede demissão, salvo cláusula mais favorável em contrato de trabalho, regulamento empresarial ou diploma negocial, terá que cumprir o aviso prévio, salvo se o empregador renunciar a este direito.

52. Em relação às garantias de emprego, é correto afirmar que:

- a) A gestante, como a adotante, terá direito à garantia de 1 ano após o parto
- b) A gestante, ao contrário da adotante, terá direito à garantia de emprego até 5 meses após o parto, incluído o período de aviso prévio.
- c) A gestante, ao contrário da adotante, terá direito à garantia de emprego até 5 meses após o parto. Só após isso, deverá ser considerado o período de aviso prévio.**
- d) A gestante, como a adotante, terá direito à garantia de emprego de 1 mês após o gozo da licença-maternidade.

**Justificativa: Prof. Pedro Jairo**

A contagem da garantia de emprego da gestante não se relaciona com o período em que está em gozo de licença-maternidade, e sim com base na data do parto. Sendo assim, não se estende à adotante. Também não é possível coincidir a o período de garantia com o correspondente ao aviso prévio.



53. Com base nas mais recentes alterações legislativas e sumulares da área trabalhista, não se pode aceitar como válida a alternativa:

- a) Ocorreu ampliação das regras de cabimento dos recursos no processo do trabalho.
- b) Não cabe interposição de argumentos genéricos na fase recursal, devendo a parte agir através de disposições aplicáveis especificamente ao caso concreto.
- c) Não cabe agravo de instrumento para recorrer imediatamente de decisões interlocutórias no processo do trabalho, como regra.
- d) **Não existe deserção de recurso, quando a parte recolhe depósito recursal por meio de guia que não seja a relativa ao sistema do FGTS, no caso do recurso ordinário.**

**Justificativa: Prof. Pascarelli**

Entendimento sumulado pelo TST.

54. A.S.C propôs reclamação trabalhista, com base no art. 7º da Constituição Federal, em face das reclamadas, Alfa S.A. e Banco Beta S.A. Alegou que fora contratado pela atividade empresária Alfa S.A. para laborar na limpeza em benefício do Banco Beta S.A., tendo sido dispensado, sem justa causa, após três anos de prestação contínua de serviços. Alegou ainda, que, passados onze meses da data da rescisão, não recebera qualquer verba rescisória, sequer o adicional noturno e plantões extras.

Na audiência de instrução e julgamento, a atividade empresária Banco Beta S. A enviou um preposto. Alegou ilegitimidade passiva por jamais ter havido qualquer relação empregatícia entre ela e o reclamante. Alfa S.A, regularmente citada, não foi representada na audiência, não tendo comparecido pessoa responsável pela atividade empresária.

Com base no texto, considere as assertivas abaixo:

I. Não há relação de trabalho entre o Reclamante e o Banco Beta S.A. e, por conseguinte, este não deve responder pela rescisão contratual.

II. O preposto do Banco Beta SA deve ser necessariamente empregado. Deve ser declarada a revelia da atividade Alfa S.A. , razão pela qual pela qual não poderá mais constar nos autos como Reclamada.

III. Banco Beta S.A. responde subsidiariamente por todas as verbas trabalhistas devidas ao Reclamante que não forem pagas por Alfa S.A.

Há afirmação correta em:

- a) I, apenas.
- b) **III, apenas.**
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

Trata-se de questão adaptada do ENADE 2015. O item III está correto em razão da Súmula 331. O item I está incorreto porque há a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora de serviço nos casos de terceirização lícita. O Item II está incorreto porque o reclamado revel continua nos autos , inclusive sendo notificado da sentença.

55. Assinale a assertiva correta acerca da desconsideração de pessoa jurídica no Processo do Trabalho, conforme atual entendimento do TST:

- a) A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica não suspenderá o processo trabalhista em curso
- b) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica regulado no Novo Código de Processo Civil não será aplicado ao Processo do Trabalho
- c) **Não cabe recurso de imediato da decisão que acolhe ou rejeita o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na fase de cognição.**
- d) A desconsideração da personalidade jurídica é uma intervenção de terceiros, motivo pelo qual não pode ser requerida na petição inicial

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

Questão baseada no atual entendimento do Tribunal Superior do Trabalho na IN 39/2016.

56. Sobre o amicus curiae no processo do trabalho, assinale a assertiva incorreta:

- a) A intervenção de terceiros do amicus curiae, prevista no atual código de processo civil, é aplicada ao processo do trabalho
- b) A decisão do juiz ou o relator que, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, admitir o amicus curiae como intervenção de terceiros é irrecurável. O juiz pode , de ofício, admitir a participação de uma pessoa natural ou jurídica no processo na qualidade de terceiro como amicus curiae.
- c) A CLT prevê expressamente a possibilidade de amicus curiae em fase recursal
- d) **O amicus curiae se submeterá às mesmas regras de suspeição e impedimento das testemunhas.**

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

Conforme art 138 do CPC c/ IN39/2016 do TST, é cabível amicus curiae no Processo do Trabalho . Trata-se de uma intervenção de terceiros, devendo

diferenciá-lo do perito oficial que se submeterá às mesmas regras de suspeição e impedimento das testemunhas.

57. Sobre o incidente de uniformização trabalhista no processo do trabalho, assinale a assertiva incorreta:

- a) Após o julgamento do incidente unicamente a súmula regional regional ou a tese jurídica prevalecente do TRT servirá como paradigma para viabilizar o conhecimento do Recurso de Revista, salvo se não conflitante com Súmula ou OJ do TST
- b) A uniformização de jurisprudência ocorre mediante a verificação pelo TST de decisões atuais e conflitantes no âmbito do mesmo TRT. Essa constatação poderá ser de ofício ou mediante provocação de qualquer das partes ou do MPT.
- c) **Esse incidente é anterior ao julgamento do Recurso Ordinário, quando se verifica a existência de teses jurídicas antagônicas dentro do mesmo TRT.**
- d) O incidente pode ser determinado pelo Presidente do TRT na admissibilidade do Recurso de Revista ou pelo Ministro relator, mediante decisões irrecorríveis.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

Diferentemente da lógica do processo civil, o incidente não é julgado antes do Recurso Ordinário.

58. Em sede de ação trabalhista movida por Célio em face da Madeireira Ltda, transitada em julgado a decisão de conhecimento, após a apresentação de cálculos pelas partes e homologado determinado valor, o juiz abriu prazo para a manifestação específica das partes em relação à sua decisão. Ambas se quedaram inertes. Posteriormente, em sede de embargos à execução, a parte ré quis impugnar os valores do débito .

Sobre o assunto indique a assertiva incorreta :

- a) é facultado ao juiz abrir prazo para as partes se manifestarem sobre a conta de liquidação, sob pena de preclusão.
- b) **Nesse caso concreto, a impugnação dos valores do débito poder ser arguido em sede de embargos à execução.**
- c) Da decisão proferida em embargos à execução cabe agravo de petição
- d) Não há previsão expressa na CLT sobre a possibilidade de objeção de pré-executividade para impugnar os valores do débito neste caso.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

Trata-se de questão adaptada da 2a fase do XX Exame da Ordem. Nos termos do Art. 879, § 2o, da CLT c/ Art. 884, § 3o, se o juiz abriu prazo e a parte nada fez, ocorrerá a preclusão e a matéria não poderá ser arguida em sede de embargos à execução, cabendo a alegação da da preclusão o em sede de embargos à execução conforme Art. 879, § 2o, da CLT.

59. Em 2016, a Justiça do Trabalho completa 75 anos. Sobre essa justiça especializada, indique a assertiva errada:

- a) O Tribunal Superior do Trabalho, que completa 70 anos em 2016, é previsto expressamente na Constituição Federal como órgão do Poder Judiciário .
- b) **Considerando a atual estrutura e funcionamento da Justiça do Trabalho , não se aplica na Justiça do Trabalho o princípio da identidade física do juiz, que impõe ao magistrado que concluir a audiência a obrigação de julgar a lide, independentemente de que ele esteja convocado para o Tribunal.**
- c) O princípio do jus postulandi, inscrito na CLT, foi recepcionado pela Constituição Federal. Mas conforme entendimento do TST, o jus postulandi das partes, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho e não alcança a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho
- d) Com o atual Código de Processo Civil, o processo na Justiça do Trabalho não adota de forma absoluta a observância do princípio do contraditório prévio como vedação à decisão surpresa, considerando que o conteúdo da aludida garantia do contraditório há que se compatibilizar com os princípios da celeridade, da oralidade e da concentração de atos processuais no Processo do Trabalho, visto que este, por suas especificidades e pela natureza alimentar das pretensões nele deduzidas, foi concebido e estruturado para a outorga rápida e impostergável da tutela jurisdicional

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

O princípio da identidade física do juiz é aplicado no processo do trabalho conforme cancelamento da Súmula 136 do TST.

60. A conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Conforme a atual orientação do Tribunal Superior do Trabalho sobre a uniformização dos

serviços de conciliação, mediação e outros métodos consensuais de solução de disputas no âmbito da Justiça do Trabalho, assinale a assertiva correta :

- a) Mediação é o meio alternativo de resolução de disputas em que as partes confiam a uma terceira pessoa a função de aproximá-las, empoderá-las e orientá-las na construção de um acordo quando a lide já está instaurada, com a criação ou proposta de opções para composição do litígio.
- b) Conciliação é o meio alternativo de resolução de disputas em que as partes confiam a uma terceira pessoa a função de aproximá-las, empoderá-las e orientá-las na construção de um acordo quando a lide já está instaurada, sem a criação ou proposta de opções para composição do litígio.
- c) A conciliação e mediação podem ser realizadas por magistrado ou servidor público por este sempre supervisionado**
- d) É permitida a realização de conciliação ou mediação judicial, no âmbito da Justiça do Trabalho, por pessoas que não pertençam aos quadros da ativa ou inativos do respectivo Tribunal Regional do Trabalho, desde que autorizado pelo Presidente do respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

**Justificativa: Prof. Paulo Carvalho**

A questão está em conformidade com a Resolução 174 do CSJT de 30 de setembro de 2016, que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista. Os conceitos de mediação e conciliação dos itens a e b estão invertidos visto que na mediação não há criação de propostas de opções para resolver o litígio. Quanto ao item d, a Resolução veda expressamente a realização de conciliação ou mediação judicial, no âmbito da Justiça do Trabalho, por pessoas que não pertençam aos quadros da ativa ou inativos do respectivo Tribunal Regional do Trabalho

61. O Código Civil, com relação ao regime da solidariedade e obrigação indivisíveis, é correto afirmar que:

- a) cada herdeiro do devedor solidário falecido pode ser demanda pela dívida toda, não importando se o objeto da prestação seja divisível ou indivisível.
- b) a obrigação, se indivisível e solidária, não perde essas características se convertida em perdas e danos.
- c) com a perda do objeto por culpa de um dos devedores solidários, a solidariedade subsiste no pagamento do equivalente**

**pecuniário, mas pelas perdas e danos somente poderá ser demandado o culpado.**

- d) a solidariedade passiva pode ser excepcionalmente presumida, independente da lei ou do negócio jurídico.

**Justificativa: Prof. Marcelo Siqueira**

Conforme art. Art. 279/CC: Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.

O tem "a" está errado, pois, em via de regra os herdeiros do devedor solidário não mantêm o vínculo da solidariedade. o item "b" está errado, por força do artigo 263 do Código Civil. O item "d" não deve ser marcado, pois um dos requisitos da solidariedade é a não previsibilidade.

62. Assinale a alternativa que esteja inteiramente correta:

- a) Em caso de perda com culpa do objeto da prestação na obrigação de restituir, o prejuízo será somente do credor, que é o proprietário da coisa;
- b) Obrigação facultativa é aquela que possui encargo moral, evento futuro e incerto, constituindo uma obrigação essencialmente composta.
- c) É possível fixação de *astreintes* na obrigação de não fazer.**
- d) João deve um veículo automotor série "x" ou uma motocicleta série "z" para Antônio, sendo que o termo vencimental da obrigação é o dia 30/09/2016. Antes do vencimento a primeira prestação se deteriorou sem culpa e a segunda foi roubada. Face os fatos afirma-se que a relação obrigacional estará irremediavelmente extinta.

**Justificativa: Prof. Marcelo Siqueira**

A *astreinte*, instituto de direito processual, constitui uma multa fixada pelo juiz criada para "coagir" o devedor a cumprir com a ordem judicial. Não há nada que impeça sua fixação quando do cumprimento de obrigação de não fazer. O item "a" não deve ser marcado, pois o prejuízo no caso exposto seria do devedor. O item "b" é falso, pois a obrigação facultativa não é dependente de um evento futuro e incerto. A redação do item "d" está errada, pois a primeira prestação se deteriorou, não tendo sido perdida (vide obrigação alternativa e deterioração do objeto).

63. Quanto aos direitos reais de garantia, é correto afirmar:

- a) **é nula a cláusula que autoriza o credor pignoratório, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, sendo, contudo, tolerado que, após o vencimento, possa o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.**
- b) os bens hipotecados são impenhoráveis.
- c) o penhor de veículos, para se aperfeiçoar, exige a tradição da coisa empenhada.
- d) Daniel responde por sua quota, que equivale a R\$300,00.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
Conforme art. 1.428/CC.

64. Sobre o contrato preliminar, é correto afirmar:
- a) consiste nas negociações que antecedem qualquer relação contratual;
  - b) o seu registro propicia a transferência da propriedade, desde que o contrato seja referente a bens imóveis;
  - c) deverá ser celebrado na mesma forma exigida pela lei em relação ao contrato definitivo;
  - d) **pode servir de fundamento para um pedido de adjudicação compulsória.**

**Justificativa: Prof. Vander Chaves**  
A adjudicação compulsória embasada no contrato preliminar é admitida pelos arts. 464 e 1.418 do Código Civil e pelo art. 466-B do Código de Processo Civil, entre outros dispositivos legais.

65. Sobre a classificação da posse, é correto afirmar:
- a) **Depois de cessada a violência utilizada para a obtenção da coisa, o esbulhador torna-se possuidor injusto;**
  - b) Ao subtrair coisa alheia, o indivíduo torna-se possuidor direto dela;
  - c) A posse ad usucapionem configura-se independentemente da presença do animus domini;
  - d) A compossão não é admitida no direito brasileiro.

**Justificativa: Prof. Vander Chaves**  
Depois de cessada a violência, nasce a posse injusta do invasor (arts. 1.200 e 1.208 do Código Civil).

66. Não é elemento accidental dos negócios jurídicos:
- a) termo.
  - b) modo.
  - c) condição.
  - d) **objeto.**

**Justificativa: Prof. Vander Chaves**

O objeto é essencial a qualquer negócio jurídico. Os demais elementos indicados na questão são eventuais, encontrando-se previstos a partir do art. 121 do Código Civil.

67. No regime da comunhão parcial de bens, entram na comunhão:
- a) Os bens que cada cônjuge possuía ao casar.
  - b) Os bens que sobrevieram a cada cônjuge, na constância do casamento, por doação ou por sucessão.
  - c) Os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão.
  - d) **Os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem concurso de trabalho ou despesa anterior.**

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
Conforme art. 1660, II/CC.

68. Sobre a sucessão legítima, é correto afirmar que, na falta de descendentes e ascendentes, sendo casado o falecido:
- a) O cônjuge supérstite não será considerado herdeiro necessário.
  - b) Herdarão os irmãos do falecido.
  - c) **A sucessão será inteiramente deferida ao cônjuge, ainda que o regime de bens seja o da separação convencional.**
  - d) O cônjuge terá direito apenas à meação, enquanto os demais parentes do falecido terão direito à sucessão.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
Conforme art. 1.838/CC.

69. Sobre a responsabilidade civil, tal como disposto no Código Civil, é correto afirmar:
- a) **O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não dispuserem de meios suficientes, salvo se a indenização privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.**
  - b) Os empresários individuais e as empresas sempre respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
  - c) A responsabilidade objetiva é somente aquela decorrente do risco.
  - d) O detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, desde que a vítima prove a ausência de força maior.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
Conforme art. 928/CC.

70. Sobre a petição inicial, é lícito afirmar, unicamente:

- a) Que deverá observar os requisitos essenciais previstos no art. 319, CPC, além de ser redigida em língua portuguesa ou, se em idioma estrangeiro, estar acompanhada de tradução efetuada por tradutor juramentado.
- b) Que não será recebida em caso de carência de ação, assim entendida a ausência de qualquer uma das condições da ação, como sejam: a possibilidade jurídica do pedido, a legitimação ad causam e o interesse de agir.
- c) Que poderá ser subscrita por advogado sem procuração outorgada pelo autor, excepcionalmente, quando se tratar de evitar a ocorrência de preempção, de preclusão, de prescrição e de decadência.
- d) **Que poderá ser aditada, mediante a complementação da argumentação e a juntada de novos documentos, quando o autor tenha formulado pedido de tutela antecipada em caráter antecedente, sendo acolhida sua pretensão.**

**Justificativa: Prof. Fernando Negreiros**  
Conforme art. 303, § 1º/CPC

71. Em relação à contestação, pode-se afirmar validamente apenas:

- a) Que, se não houver composição entre as partes, ao ensejo da audiência de conciliação ou de mediação, poderá a peça de defesa ser apresentada no prazo de quinze dias, contados da renovação da citação pelo escrivão.
- b) Que observará o ônus da impugnação específica, vedada, em qualquer caso, a defesa por negação geral.
- c) **Que, alegando o réu sua ilegitimidade para a causa ou não haver sido responsável pelo prejuízo invocado, facultar-se-á ao autor a alteração da petição inicial, no prazo de quinze dias, com a finalidade de substituição do demandado.**
- d) Que permite, no mesmo prazo, mas em peça separada, o oferecimento de reconvenção, desde que conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa, hipótese em que será o autor intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta.

**Justificativa: Prof. Fernando Negreiros**  
Conforme art. 338/CPC.

72. Em relação aos princípios que regem o processo civil contemporâneo, assinale a alternativa correta:

- a) À vista do que preconiza o princípio do contraditório (Constituição Federal, art. 5º, LV e CPC, arts. 7º, 9º e 10º), sob nenhuma

circunstância poderá o juiz proferir decisão-surpresa, assim entendida aquela em que uma ou ambas as partes não sejam ouvidas previamente.

- b) **Sob a inspiração do princípio da cooperação, inscrito no art. 6º do CPC, devem todos os sujeitos do processo – inclusive o autor e o réu, em que pese sua condição de adversários – contribuir para a obtenção de decisão de mérito justa e efetiva, em tempo razoável.**
- c) O processo civil, embora se desenvolva por impulso oficial, começa por iniciativa das partes, ressalvada, entre outras, a possibilidade de o juiz dar início à ação de inventário, se decorridos mais de sessenta dias desde o falecimento do de cujus, sem que os legitimados a fazê-lo tenham-se manifestado.
- d) A teor do que dispõe o art. 93, IX, da Constituição Federal, as decisões judiciais serão necessariamente fundamentadas, daí decorrendo a vedação a decisões que utilizem conceitos indeterminados.

**Justificativa: Prof. Fernando Negreiros**

O princípio da cooperação destina-se a todos os sujeitos processuais, inclusive autor e réu, conforme art. 6º/CPC.

73. “A ideia é simples. O juiz não pode (mais) ser visto como um sujeito solipsista que, no alto da condição de um oráculo, decidiria sozinho o processo. Essa compreensão autoritária do processo não pode mais subsistir. O processo contemporâneo é um procedimento em contraditório que visa possibilitar às partes que colaborem na construção da decisão judicial com base nos fundamentos jurídicos (as causas de pedir) de suas pretensões, seja pelo seu acolhimento, seja pelo enfrentamento expresso em cada rejeição.”

(VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti e BAHIA, Alexandre Melo Franco. Os princípios da fundamentação e do contraditório no Novo Código de Processo Civil. Primeiras impressões In MACÊDO, Lucas Buriel de; PIXOTO, Ravi e FREIRE, Alexandre (Org.). *Coleção Novo CPC Doutrina Selecionada (vol. 2) – Parte Geral*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 338)

Considerando o texto antes transcrito e o Princípio da Cooperação, positivado pela regra do art. 6º do CPC/2015, avalie as seguintes assertivas:

I. Impõe às partes o dever de ajuda mútua na busca pela melhor solução para o conflito de interesses que originou o processo, o que inclui a necessidade de que atuem, se for o caso, contra os próprios interesses.

- II. Envolve os deveres de esclarecimento, prevenção, consulta e auxílio.
- III. O modelo de protagonismo judicial, com atuação exclusiva e isolada do juiz na condução do processo, já não se compatibiliza com a ordem constitucional vigente.
- IV. São incompatíveis com o art. 6º do NCPD os princípios da inércia inicial e do impulso oficial.

Sobre elas, assinale a ÚNICA alternativa correta:

- a) **Apenas as assertivas II e a III são verdadeiras.**
- b) Apenas as assertivas II e a IV são verdadeiras.
- c) As assertivas I, III e IV são verdadeiras.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

**Justificativa: Prof. Emílio Viana**

A positivação do princípio da Cooperação pelo CPC/2015 importa na imposição de um novo modelo de processo, constitucionalmente adequado. Supera-se a visão tradicional segundo a qual o juiz é o principal ator da cena processual. As partes devem com ele interagir (modelo de participação), na busca da construção de uma melhor solução para o litígio (item III).

São decorrências de aludido princípio dos deveres de esclarecimento, prevenção, consulta e auxílio (item II – vejam-se, por exemplo, arts. 9º e 10º do CPC/2015).

Não há, por evidente, obrigação de que as partes atuem contra os próprios interesses (item I). Não se afasta a necessidade de que a atuação jurisdicional seja precedida de provocação do interessado. Tampouco deixa o juiz de ser o responsável pela adequada condução do processo, rumo à final outorga da prestação jurisdicional (item IV – aplicação direta do art. 2º do CPC/2015). Verdadeiros, pois, apenas os itens II e III.

74. “Não há dúvida de que o novo CPC, na regulamentação da agora denominada tutela provisória, na modalidade de tutela de urgência, pode merecer críticas, reparos, retoques – aliás, mais do que natural em se tratando do obra no campo das ciências sociais –, mas o caminho evolutivo, em suas linhas gerais, foi tomado e, acredita-se, no rumo certo ao optar pela autonomização e estabilização da tutela antecipada e da unificação procedimental entre tutela cautelar e tutela antecipada.”

(NUNES, Dierle e ANDRADE, Érico. Os contornos da estabilização da Tutela Provisória de Urgência Antecipatória no Novo CPC e o Mistério da Ausência de Formação de Coisa Julgada In MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi e FREIRE, Alexandre (Org.). *Coleção Novo CPC Doutrina Seleccionada* (vol. 4 – Procedimentos Especiais, Tutela Provisória e Direito Transitório. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 89)

Considerando o texto antes transcrito e a disciplina das tutelas provisórias no CPC/2015, avalie as seguintes assertivas:

- I. O CPC/2015 pôs fim à autonomia procedimental do processo cautelar.
- II. A concessão de tutela provisória depende sempre de prévia demonstração de risco da demora.
- III. Em nenhuma circunstância haverá estabilização da tutela cautelar, mesmo daquela concedida de forma antecedente.
- IV. A tutela provisória incidente, tanto antecipada quanto cautelar, pode ser pleiteada em qualquer momento da tramitação processual.

Sobre elas, assinale a ÚNICA alternativa correta:

- a) Todas são verdadeiras.
- b) Apenas a I e a III são verdadeiras.
- c) Apenas a II e a IV estão corretas.
- d) **As assertivas I, III e IV são verdadeiras.**

**Justificativa: Prof. Emílio Viana**

A possibilidade de concessão de tutelas provisórias não satisfativas (cautelares) nos próprios autos da demanda instaurada para solucionar o conflito efetivamente pôs termo à autonomia procedimental do processo cautelar. Veja-se, sobretudo, art. 308 do CPC/2015. Reproduz-se experiência já levada a efeitos nos juizados especiais federais e nos juizados especiais da fazenda pública. Verdadeiro, portanto, item I.

A tutela provisória pode ser de urgência ou de evidência. A última dispensa comprovação de risco da demora (art. 311 do CPC/2015). Item II falso, portanto.

Somente se pode falar em estabilização da tutela provisória de urgência satisfativa (tutela antecipatória), porquanto apenas em tal caso há entrega antecipada, ainda que provisória, da solução do conflito posto em Juízo. Mera medida de proteção da efetividade da solução por sobrevir (tutela provisória de urgência não satisfativa/cautelar) não estabiliza NUNCA. Item III verdadeiro.

As tutelas de urgência incidentes, satisfativas ou não satisfativas, podem ser solicitadas em qualquer momento da tramitação do feito. Aplicação da regra do art. 300 do CPC/2015. Item IV verdadeiro.

75. O CPC/2015 inova no ordenamento jurídico brasileiro, ao estruturar um sistema de precedentes judiciais prospectivos e vinculantes. A respeito do aludido sistema, assinale a alternativa VERDADEIRA:

- a) **O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), próprio dos tribunais ordinários, pressupõe multiplicidade de**

**processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, desde que pelo menos um deles já esteja em tramitação perante o tribunal perante o qual o incidente é instaurado.**

- b) A inadmissão do IRDR, por desatendimento de qualquer de seus pressupostos, inviabiliza seja novo incidente instaurado perante o mesmo tribunal, no limite temporal de um ano, contado da decisão lançada nos autos do que foi inadmitido. Os efeitos, contudo, não se estendem a outros tribunais.
- c) A instauração de IRDR enseja precedente vinculante apenas na esfera de competência do tribunal ordinário (estadual ou regional), não havendo a possibilidade de que os limites da decisão sejam estendidos para o restante do país.
- d) Constitui precedente apenas persuasivo (sem caráter vinculante, portanto) a orientação do plenário ou do órgão especial de tribunal para os juízes e/ou órgãos a ele vinculados.

**Justificativa: Prof. Emílio Viana**

Redação do item fundada na regra do 976 do CPC/2015. Item verdadeiro.

Inadmissão de IRDR não impede novo pedido. Regra do art. 976, § 3º, do CPC/2015. Item b falso, portanto.

IRDR ordinariamente enseja precedente vinculante apenas na esfera de competência do tribunal ordinário (art. 985 do CPC/2015). Nada obstante, há a possibilidade de que do acórdão respectivo seja interposto recurso para as Cortes de Vértice (STF ou STJ, se a controvérsia envolver matéria constitucional ou infraconstitucional, respectivamente). Em tal caso, a decisão que daí advier será vinculante em todo o território nacional. Aplicação do art. 987, § 2º, do CPC/2015). Item c falso, destarte.

A orientação do plenário ou do órgão especial de tribunal para os juízes e/ou órgãos a ele vinculados é formalmente vinculante. Aplicação do art. 927, V, do CPC/2015. Item d falso.

76. O CPC/2015 inovou na disciplina das espécies recursais, extinguindo o recurso de embargos infringentes e reconstruindo a disciplina dos demais recursos. A tal respeito, é INCORRETO afirmar:

- a) O CPC/2015 alterou substancialmente a disciplina da recorribilidade e da preclusão das decisões interlocutórias, notadamente daquelas proferidas em processos de conhecimento. Adotou rol taxativo. A melhor doutrina, contudo, tem sustentado a possibilidade de aludido rol por interpretação extensiva.

- b) A limitação imposta pelo rol do art. 1.015 do CPC/2015 não se estende às liquidações, aos cumprimentos de sentença, nem às execuções.
- c) **A técnica de ampliação do colegiado, instituída pelo art. 942 do CPC/2015 é utilizável apenas no julgamento de apelações e ações rescisórias.**
- d) As matérias que não desafiam agravo de instrumento podem ser alegadas posteriormente, por ocasião da interposição de apelação e/ou apresentação das contrarrazões à apelação eventualmente interposta.

**Justificativa: Prof. Emílio Viana**

Item a verdadeiro. O rol do art. 1.015 do CPC/2015 é taxativo, mas autores como Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha têm sustentado a possibilidade de utilização da interpretação extensiva, para alcanças hipóteses não referidas expressamente (como no caso das decisões sobre competência, por exemplo). A alteração igualmente afeta o regime de preclusão, já que as decisões que não desafiam recurso de agravo podem ser alegadas quando da interposição da apelação ou da resposta a ela ofertada (art. 1.009, § 1º, do CPC/2015).

Item b verdadeiro. Regra do art. 1.015, Parágrafo Único, do CPC/2015.

Item c FALSO. A técnica de ampliação do colegiado também é utilizada no julgamento do recurso de agravo tirado de decisão parcial de mérito (art. 356 do CPC/2015). Aplicação do art. 942, § 3º, II, do CPC/2015.

Item d verdadeiro. Solução já referida no comentário ao item a, supra. Aplicação do art. 1.009, § 1º, do CPC/2015.

77. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Diante desse procedimento, é incorreto afirmar que:

- a) Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.
- b) Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.
- c) **A prisão será cumprida em regime semiaberto, a fim de facultar ao executado, durante o cumprimento da prisão, trabalhar para pagar os alimentos.**

d) O cumprimento da pena não exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

O cumprimento se dará em regime fechado, conforme art. 528, § 4º/CPC.

78. Visando a defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição permite
- a) a diminuição da integridade do patrimônio genético do país.
  - b) o sigilo dos estudos prévios de impacto ambiental de obras potencialmente poluidoras.
  - c) a imposição de sanções penais a pessoas jurídicas que provocarem lesão ao meio ambiente.**
  - d) a dispensa de recuperação da área degradada por parte do infrator.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

Conforme art. 225, § 3º/CF.

79. Considerando hipotético conflito de normas no espaço, determina a lei brasileira que as sociedades e as fundações obedeçam à lei do Estado:
- a) onde tiverem sua sede.
  - b) da nacionalidade da maioria de seus acionistas.
  - c) que for indicado em seus atos constitutivos.
  - d) em que se constituírem.**

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

Conforme art. 11/LINDB.

80. O asilo diplomático:
- a) É um instituto de direito costumeiro e convencional, consagrado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.
  - b) É sempre uma situação provisória, conducente ao asilo territorial.**
  - c) Pode dar-se no caso de crime de direito comum.
  - d) É um instituto de direito internacional regional, só adotado no âmbito da União Europeia.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

Conforme a Convenção de Caracas (1954), art. 1º.

81. O acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou a redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas, exceto:
- a) desapropriação por utilidade pública.**

- b) doação.
- c) compra e venda.
- d) herança ou legado.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

A desapropriação que confere acesso à propriedade rural dá-se por interesse social, conforme art. 17, a, da Lei 4.504/64.

82. O Conselho Tutelar
- a) pode ter sua decisão revista de ofício pela autoridade judiciária.
  - b) é instância de execução da política de atendimento do município.
  - c) tem a atribuição, entre outras, de providenciar a medida de proteção aplicada ao adolescente autor de ato infracional.**
  - d) é composto por cinco membros, que cumprem mandato de cinco anos.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

Conforme art. 136, VI/ECA.

83. Três irmãos são donos de um imóvel, em proporções iguais. Em relação ao IPTU, cada irmão:
- a) só pode ser cobrado pelo fisco na razão de 33,33% do imposto.
  - b) é devedor solidário em relação ao todo do imposto.**
  - c) é devedor na razão de 33,3% do imposto e responsável subsidiário pelo restante.
  - d) não pode ser cobrado judicialmente pela parte de outro irmão que tenha recursos para pagá-la.

**Justificativa: Prof. Rui Farias**

Nos termos do artigo 124 do CTN a solidariedade surge em decorrência de interesse comum dos contribuintes em relação ao fato gerador. No caso em questão o condomínio existente provoca o surgimento da responsabilidade.

84. Sobre sociedade empresarial, assinale a alternativa correta:
- I. Vige no direito societário brasileiro o princípio da tipicidade societária.
  - II. Para a constituição de uma sociedade anônima por subscrição pública, uma das fases é o pedido de registro da emissão, na CVM, assinado pelo fundador e por uma instituição financeira (underwriting), o qual deve ser instruído com o projeto do estatuto, o estudo de viabilidade econômica e financeira do empreendimento e a minuta do prospecto.
  - III. Na sociedade limitada, as quotas de cada sócio são indivisíveis perante a sociedade, mas se forem objeto de condomínio, os direitos decorrentes



dessa quota podem ser exercidos por quaisquer dos co-sócios.

IV. A EIRELI é uma sociedade que exerce atividade empresarial, constituída somente por pessoa natural, e a pessoa natural que constituir empresa nessas condições somente poderá figurar em uma única empresa dessa espécie.

Estão corretas apenas:

a) II e III.

**b) I e II.**

c) I, III e IV.

d) I, II, III e IV.

**Justificativa: Profa. Denise Carrá**

Item I: verdadeira. A constituição de sociedades, simples ou empresárias, deverá respeitar as formas (ou tipos) previstos em lei. o princípio da tipicidade não se aplica às sociedades sem personalidade jurídica; essas sociedades submetem-se apenas aos princípios gerais de Direito e às regras do Direito Obrigacional e Contratual. Mas submete as sociedades personificadas, bem como seus atos constitutivos, erigindo padrões mínimos indispensáveis, cujo desrespeito implicará nulidade de registro ou, quando menos, nulidade de parte das disposições anotadas no ato de constituição. Assim, não se podem criar tipos novos, nem tipos mistos, formados pela combinação de tipos diversos. Também não se admite a recusa em atender os elementos essenciais de um tipo societário.

Item II: Correta. A constituição de uma sociedade anônima por subscrição pública é a forma de captar, no mercado de capitais, os recursos necessários à implementação do negócio. Compreende, além dos requisitos do art. 80 da Lei 6.404/76, três fases: registro na CVM, colocação das ações e assembleia de fundação. Na primeira fase, o pedido de registro da emissão, na CVM, deve ser assinado pelo fundador e por uma instituição financeira (underwriting), o qual deve ser instruído com o projeto do estatuto, o estudo de viabilidade econômica e financeira do empreendimento e a minuta do prospecto, conforme determina o art. 82 e parágrafos da Lei 6.404.

Item III: Incorreta. As quotas de cada sócio são indivisíveis perante a sociedade, contudo se essas forem objeto de condomínio (quando duas pessoas são proprietárias da mesma coisa simultaneamente), os direitos decorrentes da quota somente poderão ser exercidos pelo condômino representante, eleito pelos demais, pelos co-sócios, ou seja, pela massa condominial.

Item IV: Incorreta. A EIRELI é sujeito exercente de atividade empresarial, é considerada um ente jurídico personalizado, mas não uma sociedade. O

Código Civil a enumerou no art. 44 como pessoa jurídica, mas em categoria diversa da sociedade. O restante do enunciado está correto, no entanto: é constituída somente por pessoa natural, e a pessoa natural que constituir empresa nessas condições somente poderá figurar em uma única empresa dessa espécie. A doutrina critica essa determinação contida no § 2º do art. 980-A, apontando que esse impedimento legal cerceia a livre iniciativa do empreendedor na abertura de outra empresa beneficiando-se com as vantagens da Lei 12.441/11. Mas é o que determina a lei.

85. Em conformidade com a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), podem ser considerados direitos básicos do consumidor, exceto:

a) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

b) direito à educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.

**c) direito à proibição da venda de produtos considerados perigosos ou nocivos**

d) direito à prevenção e reparação de danos morais.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

Conforme art. 6º/CDC.

86. “Nessa perspectiva, a política de Seguridade Social brasileira assume características híbridas, pois, as políticas que a constituem assumem características distintas e atendem grupos sociais diferenciados. Sendo assim, não é destinada para toda sociedade, sendo que cada uma das suas políticas integrantes possui objetivos e diretrizes distintos, pois, se criam requisitos para determinar o público de cada política, com exceção da política de saúde que é de caráter universalizante, sendo as demais restritivas e seletivas.”

(Seguridade social no contexto neoliberal brasileiro, Maria Aparecida Garcia Moura).

Acerca da seguridade social na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

a) A previdência social tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção em razão da ocorrência de eventos que repercutem negativamente na vida econômica deles. Nesse contexto, é vedado, em qualquer situação, o pagamento de benefício previdenciário em valor mensal inferior ao salário mínimo.

**b) Diante da limitação da capacidade econômica do Estado em atender todas as**

peças e cobrir todas as contingências sociais, o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento da seguridade social é limitada pelo princípio da seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios e serviços da seguridade social, impondo ao Poder Público o dever otimizar os escassos recursos da seguridade social pela seleção das melhores prestações e pela distribuição aos mais necessitados.

- c) Há espécies tributárias de caráter contraprestacional, cuja cobrança exige uma atividade estatal referível ao contribuinte. Nesse sentido, a regra da contrapartida proíbe a cobrança de contribuição social de seguridade social de pessoas que não se beneficiam dos benefícios e serviços da seguridade social.
- d) A contribuição social de seguridade social sobre o lucro, a ser cobrada do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, por ter o mesmo fato gerador do imposto de renda pessoa jurídica, somente poderá ser instituída por lei complementar.

**Justificativa: Prof. Leandro Macedo**

A assertiva da letra “a” é falsa, na medida em que os benefícios que não substituam a remuneração do trabalhador poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo.

A assertiva da letra “b” é verdadeira, na medida em que os princípios da universalidade da cobertura e do atendimento e da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços visam otimizar projetos em abstrato colidentes.

A assertiva da letra “c” é falsa, na medida em que a regra da contrapartida proíbe a criação, majoração ou extensão de benefícios e serviços da seguridade social sem a prévia fonte de custeio total.

A assertiva da letra “d” é falsa, na medida em que a contribuição social sobre o lucro está prevista expressamente no art. 195, I, “c”, da Constituição Federal, razão pela qual sua instituição não demanda lei complementar.